

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Rectificação n.º 1745/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 20 849/2005 (2.ª série), de inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 3 de Outubro de 2005, a p. 14 220, sobre a designação do vice-presidente que integra o conselho administrativo, rectifica-se que onde se lê «designo vice-presidente o licenciado António Manuel Viana Afonso.» deve ler-se «designo o vice-presidente licenciado António Manuel Viana Afonso.»

6 de Outubro de 2005. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 9160/2005 (2.ª série). — Por despachos de 6 de Setembro de 2005 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Júlio Pedro Garcez dos Santos Pereira e Rui Manuel Pinto Monteiro, técnicos superiores de 1.ª classe do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte — nomeados assessores principais do mesmo quadro.

Por despacho de 9 de Setembro de 2005 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Delfim Fernandes de Azevedo Moreira Barbosa, desenhador especialista principal do quadro privativo da ex-Comissão da Coordenação da Região do Norte — nomeado técnico superior de 2.ª classe do mesmo quadro.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2005. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Instituto Geográfico Português, I. P.

Despacho n.º 21 991/2005 (2.ª série). — O despacho n.º 17 735/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 18 de Agosto de 2005, saiu com inexactidão, pelo que onde se lê «João Duarte Braz Malaquias, topógrafo de 1.º classe do quadro do ex-Instituto Geográfico e Cadastral» deve ler-se «João Duarte Braz Malaquias, topógrafo principal do quadro do ex-Instituto Geográfico e Cadastral».

29 de Setembro de 2005. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Aviso n.º 9161/2005 (2.ª série). — Na sequência da publicação no jornal *Público* e na bolsa de emprego público em 7 de Julho de 2005 da oferta para selecção de um titular de cargo de direcção intermédia de 2.º grau para o Departamento de Promoção da Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, verificados os requisitos legais para o provimento daquele lugar, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e face ao currículo que se publica em anexo, nomeio, em regime de comissão de serviço, por três anos, para o exercício do cargo de chefe de departamento de Promoção da Inovação, com efeitos a partir de 19 de Setembro de 2005, o licenciado Marco Paulo Gonçalves Dinis. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2005. — Pelo Conselho de Administração, a Vogal, *Maria Leonor Trindade*

ANEXO

Nota curricular

Identificação pessoal:

Nome — Marco Paulo Gonçalves Dinis;
Bilhete de identidade n.º 8158186, emitido em 2 de Maio de 2003;

Data de nascimento — 17 de Agosto de 1968;
Estado civil — casado.

Formação académica e profissional:

Académica:

Licenciatura em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos no Instituto Superior de Gestão;
Curso de pós-graduação Certificate in Online Education and Training — Problems and Principles in the Use of the Internet for Course Delivery, pelo Institute of Education da University of London.

Profissional:

Curso «O plano de formação» — CEGOC-TEA;
Curso de Excel e Access;
Curso de auditoria de formação profissional — Instituto Superior de Gestão;
Curso de relações públicas e publicidade — Instituto de Aperfeiçoamento Técnico Acelerado.

Actividade profissional:

Maior de 1987 a Dezembro de 1990 — CESO — Centro de Estudos Economia e Sociedade, C. R. L. — funções de expediente administrativo geral;
De 1991 a 1993 — assistente de direcção na CESO I&D — Investigação e Desenvolvimento, C. R. L.;
De 1994 a Abril de 1997 — técnico/consultor no Departamento Técnico — Unidade de Estudos da CESO I&D Investigação e Desenvolvimento, C. R. L.;
De Maio de 1997 a Novembro de 2000 — técnico de formação no GDAFP — Gabinete de Dinamização e Acompanhamento de Formação Profissional do Ministério da Economia;
De Dezembro de 2000 a Abril de 2001 — coordenador operacional de formação no GDAFP — Gabinete de Dinamização e Acompanhamento de Formação Profissional do Ministério da Economia;
De Maio de 2001 a Setembro de 2004 — chefe de unidade operacional no GPF — Gabinete de Coordenação de Parcerias e Formação Profissional do Ministério da Economia, no âmbito de projectos de parceria e iniciativa pública do PRIME;
Desde Outubro de 2004 — chefe de projecto — coordenador do GPF — Gabinete de Coordenação de Parcerias e Formação Profissional do PRIME, no âmbito do Ministério da Economia e Inovação.

Aviso (extracto) n.º 9162/2005 (2.ª série). — Na sequência da publicação no jornal *Público* e na bolsa de emprego público em 7 de Julho de 2005 da oferta para selecção de um titular de cargo de direcção intermédia do 1.º grau para a Direcção de Marcas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), verificados os requisitos legais para o provimento daquele lugar, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e face ao currículo que se publica em anexo, nomeio, em regime de comissão de serviço, por três anos, para o exercício do cargo de director de marcas, com efeitos a partir de 21 de Setembro de 2005, o licenciado José Maria Lourenço Maurício, técnico superior do quadro do pessoal do INPI, criado e aprovado pela Portaria n.º 508/2002, de 30 de Abril. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

22 de Setembro de 2005. — A Vogal do Conselho de Administração, *Maria Leonor Trindade*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação pessoal:

Nome — José Maria Lourenço Maurício;
Data de nascimento — 26 de Agosto de 1955;
Nacionalidade — portuguesa;
Naturalidade — Nazaré.

Formação académica e profissional:

Académica:

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia, em 1980;

Pós-graduação em Gestão Orçamental e Finanças Públicas do Instituto Superior de Economia, em 2000.

Profissional:

Certificado no curso para Altos Dirigentes da Administração Pública do Instituto Nacional de Administração, em 2004;
Membro da Ordem dos Economistas, com a cédula profissional n.º 2533, no colégio de especialidade de economia e gestão empresariais;
Workshop «Gestão da produtividade na Administração Pública»;
Seminário «Concursos na Administração Pública e concursos para dirigentes»;
Curso «Estruturas organizacionais, sistemas e métodos»;
Curso «Management público»;
Curso «Tecnologia de gestão moderna».

Actividade profissional:

1980-1983 — professor de Matemática e Estatística, Ministério da Educação;
1983-2004 — técnico superior/assessor principal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Ministério da Economia;
1986-1991 — chefe do Departamento Financeiro do INPI;
1991-2004 — director de Organização e Gestão do INPI;
2002-2004 — coordenador do Gabinete de Relações Internacionais do INPI;
2001-2004 — coordenador da comissão permanente de modernização administrativa do INPI;
2001-2004 — coordenador do projecto de gestão da qualidade do INPI;
1991-2004 — professor do ensino superior;
2004-2005 — membro do conselho de administração do Centro Tecnológico da Cortiça;
1992-2004 — membro da delegação portuguesa nos seguintes órgãos:

Assembleia Geral da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI);
Comité Orçamental da OMPI;
Conselho de administração do Instituto Europeu de Patentes (EPO);
Comité de Orçamento e Finanças do EPO;
Comité de Estatísticas do EPO;
Conselho de administração do Instituto de Harmonização no Mercado Interno; Comité Orçamental do OHMI;
2003/2004 — vice-presidente do Comité Orçamental do OHMI.

Outras actividades:

Formador para a Administração Pública;
Perito nacional em missões no quadro da EU, EPO e OHMI (Filipinas, Egipto, África do Sul e Indonésia).

Línguas — fluente em francês, inglês e espanhol.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho conjunto n.º 808/2005. — A Portaria n.º 586-A/2005, de 8 de Julho, estabelece o regime de concessão dos apoios técnicos e financeiros do Programa INOV-JOVEM — Jovens Quadros para a Inovação nas PME e define as respectivas normas de funcionamento e acompanhamento.

O despacho conjunto n.º 469/2005, de 11 de Julho, define os períodos e condições de apresentação das candidaturas ao referido Programa.

O referido despacho conjunto, no seu n.º 4, limita a 1000 o número de jovens a abranger durante o período de candidatura que decorrerá no presente ano. No entanto, o n.º 9 do referido despacho conjunto prevê que, por despacho conjunto do Ministro da Economia e da Inovação e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, possa ser definido um limite de jovens a abranger superior ao previsto no n.º 4, tendo em consideração a procura das entidades ao INOV-JOVEM e a dotação financeira disponível a afectar às diferentes medidas do Programa.

Considerando que a procura ao Programa INOV-JOVEM superou as expectativas inicialmente existentes, reflectida no número de jovens abrangidos em candidaturas recepcionadas, que ascendem, nesta data, a cerca de 2000 jovens;

Considerando que existem disponibilidades de dotação financeira a afectar a algumas das medidas do Programa neste período de candidaturas:

Nos termos do disposto no n.º 3 do n.º 5.º da Portaria n.º 586-A/2005, de 8 de Julho, e no n.º 9 do despacho conjunto n.º 469/2005, de 11 de Julho, os Ministros da Economia e da Inovação e do Trabalho e da Solidariedade Social determinam o seguinte:

1 — O limite de jovens a abranger no período de candidatura que decorre em 2005, definido no n.º 4 do despacho conjunto n.º 469/2005, de 11 de Julho, poderá atingir o número de 3000, condicionado ao montante das dotações financeiras disponíveis para cada uma das medidas do Programa INOV-JOVEM neste período de candidaturas.

2 — A monitorização e controlo da existência de dotação financeira disponível em cada uma das medidas do Programa compete às respectivas entidades gestoras.

3 — As candidaturas que cumpram todos os requisitos de acesso e que não sejam aprovadas por aplicação do disposto no n.º 1 do presente despacho aplica-se o disposto no n.º 8 do despacho conjunto n.º 469/2005, de 11 de Julho.

30 de Setembro de 2005. — Pelo Ministro da Economia e da Inovação, *António José de Castro Guerra*, Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*, Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Despacho n.º 21 992/2005 (2.ª série). — *Reconhecimento de técnicos em modo de produção biológico.* — Para os devidos efeitos se torna público que foi conferido a Carla Sofia de Jesus Gonçalves o reconhecimento como técnica em modo de produção biológico, na área da produção vegetal e produção animal, nos termos do Regulamento para o Reconhecimento das Organizações de Agricultores em Modo de Produção Biológico e dos Técnicos em Modo de Produção Biológico, aprovado pela Portaria n.º 180/2002, de 28 de Fevereiro, com a última redacção dada pela Portaria n.º 422/2003, de 22 de Maio.

O reconhecimento produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

29 de Setembro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamuross Resende*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 21 993/2005 (2.ª série). — No momento em que cessa funções, a seu pedido, de assessora de imprensa do meu Gabinete, louvo publicamente a Dr.ª Ana Rute Fernandes Peixinho de Cristo da Cunha pelas suas elevadas competência, dedicação, brio profissional e espírito de colaboração com que desempenhou as funções que lhe foram confiadas.

26 de Setembro de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 9163/2005 (2.ª série). — A Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações pretende recrutar, através de requisição ou transferência, um(a) funcionário(a) da carreira administrativa.

1 — Conteúdo funcional — o correspondente à Secção de Contabilidade da Direcção de Serviços Financeiros e Patrimoniais, com conhecimentos, na óptica do utilizador, do sistema de informação contabilística (SIC).

2 — Habilitações literárias — as exigidas por lei para a carreira de assistente administrativo.

3 — Os interessados poderão, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, apresentar requerimento